

CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL NEERLANDÊS

LUCIA FURQUIM WERNECK XAVIER
(Projeto Resgate Neerlandês / Universidade de Leiden)

Resumo: Durante a curta existência da Nova Holanda, o meio circulante era escasso. Nesse artigo, procura-se analisar as causas dessa falta de “dinheiro de contado” ou numerário e o uso do açúcar como meio de pagamento.

Palavras chaves: Atlântico Sul, Brasil Holandês, escassez monetária, século dezessete.

Abstract: During the Dutch occupation of part of the Portuguese America, the circulating coins were scarce. This paper is an attempt to assess the causes of shortage of coins in New Holland (1630 – 1654) and the use of sugar as means of payment.

Keywords: South Atlantic, Dutch Brazil, shortage of coins, Seventeenth Century.

*Every man is to his neyhbour a debtor,
not onely of that which himselfe borroweth, but of wathsoever his neyghbour needeth.*
(John Blaxton, *The English Usurer*,
1634)

Quando foi criada em 1621, a empresa neerlandesa Companhia das Índias Ocidentais tinha como um de seus muitos objetivos privar a Espanha de sua fonte de rendimentos, as colônias americanas. Desde 1580, as possessões de Portugal no Novo Mundo, a América Portuguesa ou Brasil, faziam parte do Império Espanhol. Já antes de 1621, a América Portuguesa era bem conhecida nas Sete Províncias Unidas dos Países Baixos devido à produção de açúcar. A presença de navios neerlandeses nos principais portos do Brasil não era incomum; estes vinham com regularidade abastecerem-se de açúcar com destino a Europa Setentrional. Depois de nove anos de atividades ligadas principalmente à pirataria nas águas do oceano Atlântico, finalmente em 1630, as tropas da Companhia conseguiram conquistar e ocupar parte da América Portuguesa. Cronologicamente, a ocupação neerlandesa teve início no chamado período de conquista (1630-36).¹ Após alcançar uma vitória de Pirro no Recife, em 1630, as tropas da Companhia (daqui para frente referida por suas iniciais neerlandesas, WIC) ficaram confinadas dentro dos muros da cidade. Lentamente foram expandindo seus domínios até a rendição do último reduto de resistência portuguesa, o Arraial do Bom Jesus em

1635. A produção de açúcar desceu a níveis baixíssimos, assim como o tráfico negro. O “período de ouro” da Nova Holanda (1637-44) foi marcado pelo governo do conde João Maurício de Nassau-Siegen. A situação relativamente pacífica da colônia atraiu os senhores de engenho retirados, proporcionando assim, a retomada, ainda que lentamente, da produção açucareira e o tráfico negro. No ano seguinte ao retorno de Nassau à Europa (1645) começou a resistência armada, tendo os colonos de origem portuguesa se rebelado abertamente contra a WIC. Desde então, e até a derrota final dos holandeses em 1654, novamente a produção açucareira na região e o tráfico negro declinam. Cabe ressaltar que os vinte e quatro anos de vida da Nova Holanda, ou Brasil Neerlandês, foram marcados principalmente por conflitos entre neerlandeses e portugueses.²

Quando chegaram ao Brasil, os neerlandeses encontraram a infraestrutura açucareira bastante desenvolvida. Não cabe no contexto desse artigo uma descrição mais detalhada da mesma. Destacamos apenas que os senhores de engenho e lavradores plantavam cana e produziam açúcar que era vendido para comerciantes geralmente portugueses, mas neerlandeses também.³ Esses comerciantes traziam manufaturas européias em seus navios e retornavam à Europa com carregamentos de açúcar e pau-brasil. De modo geral, os pagamentos eram realizados de três maneiras:

- 1) Em metais, amoadados ou não já que Ouro e prata podiam ser usados também em pagamentos no formato de barras, e o ouro em pó.
- 2) Por meios escriturais, ou seja, letras de câmbio ou notas promissórias.
- 3) Em mercadorias não metálicas, tais como açúcar, tabaco e sal.

Com relação à circulação monetária, Mauro afirma que no final do século XVI, a moeda metálica era rara e por isso, inclusive entre os europeus “a economia assenta-se na troca” pois indubitavelmente, os pagamentos em mercadorias aconteceram sobretudo devido à falta de moeda metálica.⁴ Respectivamente Mauro e Lima demonstram como o açúcar foi utilizado hora como meio de pagamento e em alguns casos, chegou mesmo a funcionar como “uma verdadeira moeda legal (...) com poder liberatório ilimitado”.⁵ Porém, Lima vai além de Mauro ao explicar que a falta de numerário na América muitas vezes foi resultado de políticas monetárias da coroa que visavam valorizar a moeda portuguesa.⁶

No tocante à Nova Holanda, pode-se dizer que idealmente, a economia da colônia neerlandesa deveria funcionar semelhantemente à da América Portuguesa. No tocante

ao meio circulante, a evidência sugere que a política econômica dos Diretores XIX era manter o mesmo escasso pois sempre que enviavam numerário para o Brasil, frisavam que o mesmo era para ser empregado no pagamento dos soldados. Assim, em 31/10/1631 quando comunicam o envio de numerário no valor de 162 mil Florins, enfatizam que o mesmo “(...) não deveria ser utilizado pelos senhores de outra forma que não o pagamento dos soldados (...)”.⁷ No *groot dessyn* ou grande plano da Companhia, a circulação monetária deveria acontecer do seguinte modo: os caixeiros (*commies*) pagariam os soldados semanalmente. Com as moedas recebidas, os soldados comprariam o que quisessem e/ou precisassem nos armazéns da Companhia. Nos armazéns, os respectivos comissários (*commissarissen*) recolheriam o numerário e semanalmente o depositariam no caixa da Companhia. Do caixa, as moedas seriam utilizadas novamente para o pagamento dos soldados, fechando assim o ciclo da circulação monetária.⁸ Na documentação não foi encontrada evidência de que o “dinheiro de contado” deveria ser empregado na aquisição de açúcar e outros produtos. Ao contrário, em carta de 4 de junho de 1630, os Diretores XIX informam ao Conselho Político que enviaram um carregamento para que com esse se inicie algum negócio.⁹

Até 1638, a WIC detinha o monopólio do comércio com Brasil bem como do tráfico negreiro. Nesse ano porém, a Companhia perdeu tal monopólio para os comerciantes livres. Com isso, a Companhia viu sua já magra receita diminuir ainda mais pois, enquanto detinha o monopólio, ganhava com o comércio de todos os gêneros de produtos. Mas, a partir da abertura do comércio, passou a receber somente impostos os mais variados possíveis e o transporte de produtos enviados ao Brasil. Alguns autores chegam a afirmar que com a abertura do comércio, somente um terço do açúcar transportado pela WIC era negociado pela Companhia nas Províncias Unidas e os outros dois terços eram negociados por comerciantes particulares.¹⁰ Apesar da perda de receita, a WIC tinha de arcar integralmente com as despesas administrativas e militares da colônia. O resultante déficit fiscal parece estar na origem das queixas enviadas à Companhia na Holanda sobre a “falta de dinheiro” e, portanto, nos acordos para que pagamentos fossem aceitos em mercadorias diversas, principalmente em açúcar.

O objetivo desse artigo é lançar um olhar diferente sobre a circulação monetária na Nova Holanda. Como será demonstrado abaixo, o tema recebeu pouca atenção de pesquisadores. Como base documental, utilizou-se principalmente as Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil referentes ao nordeste brasileiro durante o período

em que esteve ocupado pelos neerlandeses. Assim, contribui para o debate sobre a circulação monetária no Brasil colonial. Primeiramente, revisa-se brevemente as contribuições de H. Wätjen e de F. Souty, autores que abordaram aspectos econômicos do Brasil Neerlandês, descrevendo em seguida, as formas de pagamento utilizadas naquele período. Nessa análise não abordaremos o trabalho de Evaldo Cabral de Mello pois o mesmo investiga a economia do Brasil Português.

Em 1638 circulou em Haia um documento intitulado “Considerações sobre o comércio do Brasil”. O autor anônimo defendia, entre outras coisas, que os dízimos do açúcar e de outros produtos do Brasil deveriam ser pagos em espécie ou em dinheiro, conforme melhor fosse para a WIC. Defendia também que os impostos de modo geral, do açúcar e de outros produtos do Brasil deveriam ser pagos na Pátria e na mesma espécie, para assim evitar a grande quantidade de fraudes que o pagamento no Brasil em dinheiro ou em espécie proporcionava. Sugeria também que os escravos poderiam ser pagos em dinheiro ou açúcar, atraindo assim, mais açúcar para a Companhia.¹¹ No mesmo ano, na colônia, foi publicado um edital regularizando o pagamento de dívidas, que deveriam ser pagas em açúcar ou em espécie.¹²

Já em 29 de janeiro de 1644, o Alto e Secreto Conselho resolveu que um de seus membros junto com um dos Conselheiros de Finanças viajariam aos distritos do Sul e do Norte, indagando os senhores de engenho sobre o açúcar que competia à WIC para pagamento de dívidas pois a safra já estava quase no final e, aos poucos, o açúcar ia parar nas mãos dos comerciantes particulares ficando a Companhia assim, sem receber o que lhe era devido. Isso fica evidente quando Amador de Araújo no dia 05 de março de 1644, apresenta queixa ao Alto e Secreto Conselho informando que enviara trinta caixas de açúcar para pagamento de sua dívida mas que as mesmas foram confiscadas por Johannes Cardorp a quem Araújo devia também.

De modo geral, pode-se dizer que durante a ocupação holandesa do Brasil, era muito comum o pagamento de dívidas, serviços e outros em mercadorias, sendo o açúcar o meio de pagamento mais freqüente, como ilustram os exemplos acima. Para os propósitos desse artigo, entende-se por unidade de conta o “numerário utilizado para cotar preços e registrar quantias utilizadas em contabilidade. Normalmente, *mas nem*

sempre, da moeda em circulação (...).¹³ Já meio de pagamento ou meio de troca seria o “meio para se realizar pagamentos (...), uma forma de crédito que permite que transações aconteçam”.¹⁴ Cabe ressaltar que no Brasil Neerlandês havia pelo menos duas unidades de conta, o Florim e a Pataca espanhola. Raríssimas vezes o açúcar serviu como unidade de conta, como se verá mais adiante.

Entretanto, se para os contemporâneos a escassez de numerário era um problema, na literatura sobre o Brasil Neerlandês, questões relativas à circulação monetária têm recebido pouca atenção, como demonstrado abaixo.

Ao analisar a economia da colônia neerlandesa, Wätjen chama a atenção para a conflitante política da WIC de envio de numerário para o Brasil, concluindo que a escassez de moedas deveria ser atribuída “(...) à mesquinhez e avareza dos próprios Diretores [XIX] (...)” que não enviavam numerário suficiente para cobrir as despesas de administração da colônia.¹⁵ Além de chegar pouco numerário das Províncias Unidas, a arrecadação na colônia não contribuía muito para abastecer o cofre da Companhia. O problema teria sido sentido mais a partir 1639, quando o meio circulante torna-se reduzido, atingido seu ponto mais crítico em 1643, quando faltava dinheiro inclusive para pagar Nassau, o governador geral.¹⁶ Depois de descrever os efeitos deletérios da escassez monetária, o autor acima referido conclui que a mesma prejudicou o desenvolvimento econômico da colônia neerlandesa.¹⁷ Apesar de mencionar a escassez monetária, Wätjen não menciona como o açúcar e outras mercadorias foram utilizados como meio de pagamento, limitando-se a destacar uso de ordenanças ou vales para a realização de pagamentos. Por fim, cabe ressaltar que o autor afirma que o numerário era escasso na colônia como um todo, não fazendo distinção se faltava apenas no caixa da Companhia ou se de fato, era escasso na sociedade também.

Outro autor que dedicou atenção à economia da Nova Holanda é F. Souty.¹⁸ Seguindo os passos de Wätjen e utilizando muitos dos dados coletados por ele, Souty concentra-se principalmente no estudo da exportação do açúcar para as Províncias Unidas, não tocando seu estudo a circulação monetária. Seu objetivo é entender porque as Províncias Unidas, na época uma das potências mais avançadas em termos de estruturas econômicas, não conseguiu colonizar o Brasil. Souty explica primeiro que a economia da Nova Holanda era baseada na produção e exportação de açúcar e importação, ora monopolizada pela WIC, ora aberta a comerciantes particulares, de produtos principalmente europeus. Sobre a exportação, destaca que os valores da libra

do açúcar na bolsa de Amsterdã flutuaram de acordo com a conjuntura da colônia e não devido à demanda européia pelo mesmo. Assim, durante os períodos de guerra, os preços eram elevados devido à escassa produção colonial. Foi somente durante os sete anos do governo do conde Maurício de Nassau, quando a situação na colônia era relativamente pacífica, que a produção voltou a funcionar em níveis próximos a 1610, levando o preço do açúcar branco em Amsterdã a “caí[r] (...) para 44 Florins (...), atingindo os preços básicos de antes da guerra (...).¹⁹ Depois de analisar a intrincada produção e exportação de açúcar da Nova Holanda, Souty conclui que o fracasso neerlandês foi antes de tudo econômico devido à inadaptabilidade “(...) das estruturas macro-econômicas holandesas às estruturas micro-econômicas *brasileiras*”.²⁰ Cabe destacar que o autor não menciona a escassez monetária na Nova Holanda. Percebe-se também que não leva em consideração a crise do açúcar existente antes da chegada dos neerlandeses a Pernambuco, nem concorrência do açúcar baiano. Afinal, durante as guerras de conquista, 1630-1636, a produção açucareira em Pernambuco e demais regiões foi substancialmente reduzida, enquanto que no Recôncavo Baiano, distante dos conflitos, a produção manteve-se em níveis elevados. Certamente, na Europa, o açúcar baiano concorreu com o pouco açúcar enviado de Pernambuco.

Já as “moedas” que foram emitadas nos anos de 1645 e 1646, as moedas obsidionais neerlandesas, receberam considerável atenção de especialistas embora tais trabalhos sejam numinastas, preocupados muito mais com a liga metálica e as características extrínsecas das moedas do que com aspectos meramente econômicos, tais como a circulação das mesmas.²¹ Ressalta-se que os aspectos numinásticos das moedas obsidionais não são o objetivo desse artigo.

Quando chegaram ao Brasil, os neerlandeses, sejam militares, civis, funcionários da Companhia ou pessoas livres, traziam consigo uma experiência monetária diferente da dos portugueses. Como já demonstrado, antes da chegada dos neerlandeses, mesmo entre os europeus, o comércio muitas vezes limitava-se a troca de mercadorias pois no Brasil, assim como em Portugal, havia uma quase constante falta de numerário. Como consequência dessa escassez, algumas mercadorias, o açúcar principalmente, eram utilizadas como meio de pagamento. Nas Províncias Unidas, a situação era diferente. Em 1572, a Revolta contra a Espanha não introduziu uma política centralizada de

moedas e os Estados Gerais “(...) foram incampases de executar a remota intenção (...) de impor um acordo monetário” e com isso, cerca de oitocentas moedas estrangeiras eram aceitas nas Províncias Unidas.²² Outros autores afirmam por outro lado, que cerca de quatorze moedas diferentes circulavam nas Províncias Unidas.²³ Para evitar que a confusão monetária prejudicasse o comércio internacional, no início do século dezessete o sistema monetário ganhou um caráter dual. Para a circulação interna, havia as moedas de menor peso ou *standpenningen*; já para o comércio internacional, havia o *negotiepenningen*, ou moedas de maior peso. Apesar da confusão monetária, já no início do século XVII, não se pode falar em escassez crônica de moedas a ponto de “impedir uma economia de mercado”, ao contrário, a economia monetária estava em pleno funcionamento.²⁴ Acostumados a uma economia monetária sem escassez de numerário, os colonos da WIC encontraram no Brasil um ambiente bastante diferente daquilo que deixaram para trás.

Segundo Pierre Moreau, todo o comércio nas possessões neerlandesas era feito a crédito²⁵. Pouco sabemos da vida de Moreau.²⁶ O próprio afirma que tomado por um desejo de conhecer o mundo, dirigiu-se à Holanda. Em seu relato, Moreau não menciona em que circunstâncias acabou sendo nomeado secretário de Michiel van Goch, um dos membros do governo do Brasil. Moreau viajou junto com Van Goch, chegando ao Recife em 12 de julho de 1646, onde permaneceu por dois anos. Sua posição de secretário de um dos membros do conselho diretivo certamente lhe deu uma visão mais íntima da economia da Nova Holanda. Em seu relato escreve que os comerciantes “(...) entregavam [todo tipo de mercadoria] a crédito aos portugueses por somas prodigiosas (...)”.²⁷ Não só o comércio cotidiano era a crédito, mas também a compra e a venda de escravos “(...) assim como as de outras mercadorias eram todas a crédito (...)”.²⁸ Entretanto, ao confrontarmos o relato de Moreau com as Atas Diárias, percebemos que em vários momentos, o crédito deixou de existir. Um exemplo disso encontra-se no dia 17 de novembro de 1635. Nessa data, o Conselho Político resolveu emprestar cinco mil Florins de Isaacq de Ragiére pois “(...) devido à quantidade excessiva de dívidas, os portugueses ou moradores se mostram pouco inclinados a fornecerem farinha [de mandioca] e animais para o sustento de nossas guarnições”.²⁹ Mais tarde no mesmo ano, em 08 de dezembro de 1635, o conselheiro político Wilhelm Schott encontrava-se em Muribeca para junto com o caixeiro (*commies*) Mazuer comprarem farinha. Mas “não podia[m] comprar farinha alguma a não ser que pagassem

em dinheiro ou com mercadorias pois os portugueses não mais queriam fornecer farinha e outras necessidades com base em promessas ou com base na palavra (...)”. Nessa situação, optou-se então por utilizar tecidos de linho para que com eles, pudessem pagar as dívidas antigas, mantendo os portugueses assim, fiéis à Companhia.³⁰

Não podemos deixar de mencionar que, ao contrário do que afirmado por Moreau, nem sempre o comércio era a crédito. Muitas vezes, o comércio nada mais era do que uma troca de mercadorias. Em 19 de abril de 1635, os Diretores XIX escrevem para o Conselho Político no Brasil que caso houvesse “(...) muito açúcar nos engenhos ou propriedades dos portugueses que passaram para o nosso lado, recomendamos aos senhores que os negociem [em troca] dos produtos que se encontram aí”.³¹ Já em 08 de abril de 1636, como faltava dinheiro no caixa da Companhia, não fora possível comprar farinha de mandioca suficiente. Resolveu-se assim, trocar farinha de mandioca por farinha de trigo que sobrava nos armazéns da WIC.³² Além do crédito e da troca de mercadorias, amiúdo o comércio servia para amortizar dívidas como em 2 de janeiro de 1646, quando Fernando Martin vendeu azeite para a WIC, a ser pago com amortização de dívidas por transporte e impostos.³³

Para que a política financeira dos Diretores XIX descrita acima funcionasse adequadamente, era fundamental, na opinião dos atores históricos, que os armazéns da Companhia estivessem constantemente bem abastecidos, o que dificilmente acontecia. Em carta de 24 de julho de 1636 para os Diretores XIX, o conselheiro político Jan Robbertsz reclama que devido à escassez “(...) de víveres nos armazéns foram gastos tonéis de ouro com víveres adquiridos dos comerciantes livres (...)”.³⁴ No registro de 10 de março de 1645, o Alto Conselho do Brasil, em resposta aos Diretores XIX afirmam que a “verdadeira causa da confusão das finanças da Companhia procede da falta de alimentos e todos os tipos de necessidades fazendo com que fosse necessário adquiri-los por preços excessivos dos comerciantes particulares”.³⁵ Em 26 de janeiro 1636, por exemplo, faltava tecidos de linho a serem utilizados no tratamento dos doentes. Por isso, o Alto Conselho comprou de Wabeliau, comerciante livre, tecidos de linho, pagos em dinheiro.³⁶

Não só o governo da colônia recorria ao comércio privado. Quando não lhes era possível adquirir bens nos armazéns da Companhia, os soldados compravam dos comerciantes particulares, deixando aí suas moedas e muitas vezes pagando muito mais caro pelo mesmo produto. No ano de 1644, os armazéns estavam tão desabastecidos que

muitos soldados abriram contas nos comerciantes mas não conseguiram pagar suas dívidas. Para não ficarem no prejuízo, muitos particulares bateram na porta da tesouraria da WIC solicitando o recebimento das dívidas dos soldados, e tal pagamento foi realizado com amortização de dívidas.³⁷

Se seguíssemos a linha proposta por Wätjen, concluiríamos que a evidência sugere que de modo geral, faltava dinheiro na Nova Holanda como um todo. Apesar de ter consultado a extensa documentação da Companhia das Índias Ocidentais, o autor alemão generaliza. As fontes deixam entrever que nem sempre faltava numerário na sociedade, mas também havia momentos em que apesar de haver dinheiro na colônia, o caixa da Companhia estava vazio. Com relação ao primeiro caso, pode-se distinguir momentos em que havia numerário na sociedade e outros não. Mello afirma que por ocasião da chegada dos neerlandeses não havia escassez de moedas pois em 1635, cinco anos após o início dos conflitos, quando da queda do Arraial do Bom Jesus, os portugueses pagaram seu resgate em dinheiro.³⁸ Entretanto, em carta de 15 de julho de 1635, o Conselho Político informa aos Diretores XIX que os moradores pagariam seu resgate num total de vinte e cinco mil Florins, mas que esses temiam que o pagamento não aconteceria.³⁹ Já Pudsey, em seu diário, escreve que o pagamento foi feito com “louças e jóias no valor da soma (...) no lugar de dinheiro”.⁴⁰ Assim, percebe-se que ao contrário do que foi colocado por Mello, havia prata no Recife, mas que esta não estava amoedada. O exemplo de Isaac de Rasiere mencionado acima é apenas um dos muitos exemplos nos quais o Conselho Político recorria a particulares para o empréstimo de dinheiro, o que indica que havia dinheiro na sociedade. Outro momento em que havia dinheiro na colônia foi durante o ano de 1643 pois nesse ano, pelo menos cinquenta e oito mil Florins foram enviados por diferentes pessoas para as Províncias Unidas.⁴¹

Além dos exemplos já mencionados anteriormente, podemos acrescentar que em carta aos Diretores XIX de 19 de março de 1638, o governador Geral, o Conde de Nassau e seu Conselho explicam que não conseguiram vender negros com pagamento em moeda corrente pois os senhores de engenho não tinham dinheiro e só realizariam pagamentos com açúcar.⁴² Já em 15 de julho de 1644, os moradores da região do Rio São Francisco solicitam ao Alto Conselho no Recife que pudessem pagar seus credores segundo o costume antigo, ou seja, pagando com bois e tabaco pois naquela região nunca houve dinheiro.⁴³

Assim, se na colônia, o numerário existia mas era escasso, no caixa da WIC a

situação era um pouco diferente. Nas Atas Diárias, encontramos diversas referências ao fato do caixa estar completamente vazio. Em 19 de outubro de 1635, para abastecer o caixa, o Alto Conselho empresta de Isaacq van Raisere, comerciante livre e que possuía boa quantidade de dinheiro, 4.000 Carolus Guldens (Florins) a serem pagos com açúcar, sendo o preço do açúcar assim fixado: açúcar branco = arroba a 16 *schellingen* e a arroba de mascavados a 10 *schellingen*, mas não há menção de quando o açúcar seria fornecido a Rasiere.⁴⁴ Em 1639, a situação não melhorara muito pois em 29 de abril daquele ano, vários devedores da WIC foram intimados a amortizar ou liquidar suas dívidas em dinheiro pois o caixa estava vazio e não seria possível pagar o soldo e a ajuda de custo semanal dos soldados.⁴⁵ A situação tornou-se realmente grave no ano de 1643. Se na sociedade havia numerário, no caixa da Companhia não havia nada, sequer para pagar ao governador geral. Em 06 de março do referido ano, apesar das repetidas explicações do Conselho de Finanças sobre a falta de numerário na tesouraria, Nassau exige que “(...) seja ordenado [que ele Nassau] receba o dinheiro necessário para a manutenção de sua corte e que [tal numerário] fosse obtido de qualquer maneira (...)”.⁴⁶ Ademais, nos anos de 1645 e 1646 a condição da tesouraria não mudou; ao contrário, tornou-se ainda mais pior pois para abastecer o caixa, o Alto Conselho emitiu moedas emergenciais, confeccionadas com ouro vindo da Guiné, ou simplesmente vendou ouro a dinheiro, em leilões públicos.⁴⁷

A base documental nos permite concluir que durante a ocupação neerlandesa do Brasil, devido principalmente à escassez de numerário, era muito comum o pagamento de dívidas, serviços, imóveis, etc. em mercadorias, sendo o açúcar o meio de pagamento mais freqüente. Na já mencionada carta de Jan Robbertz, este afirma que o Conselho Político devia somas exorbitantes a comerciantes particulares e “(...) como não havia dinheiro tinham que pagar com açúcar a preço corrente (...) deixando a Companhia de beneficiar-se de grandes ganhos [com o comércio do açúcar]”.⁴⁸ No ano de 1641, encontramos Isaack de Rasiere novamente negociando com a WIC. Em 24 de janeiro do referido ano, ele se compromete a amortizar suas dívidas com a WIC utilizando 1500 arrobas de açúcar branco. Não se menciona a natureza das dívidas de Rasiere. Já em 1642, os moradores do Recife e de Maurícia entregam petição ao Alto Conselho contra a cobrança de suas dívidas antes da safra. Afirmam eles que “(...) sendo o açúcar o único meio de pagamento, achavam estranho que as dívidas fossem cobradas fora da safra”.⁴⁹ A WIC, através de seus representantes, também realizava pagamentos em

açúcar. Em 18 de novembro de 1635, quando Willem Hendricxz. Cop, capitão do navio Nassau, forneceu viveres, material bélico e outras coisas ao Alto Conselho, tendo recebido para isso “duzentas e cinqüenta e duas arrobas de açúcar branco”.⁵⁰ Serviços também eram pagos em açúcar, como em 11 de janeiro de 1636, quando a viúva Hans Bustinensz. recebeu duas caixas de açúcar pelos bons serviços prestados por seu marido.⁵¹ É pertinente mencionar que o açúcar era usando não só para pagamento de dívidas com a WIC, mas entre particulares também. Em 29/10/1647, Fernão do Vale escreveu ao médico Abraham do Mercado informando que em 31 de outubro daquele mesmo ano, teria disponível todas as caixas de açúcar necessárias para pagar Mercado por ter tratado de sua saúde, enquanto prisioneiro no Recife.⁵² Não se menciona o valor da dívida de Fernão.

Cabe ressaltar mais uma vez que o açúcar era a principal mercadoria usada como meio de pagamento, mas não a única. Em 29 de setembro de 1639, Capitão Bout recebeu pagamento em vinho por ter reformado um mosteiro.⁵³ Já em 27 de fevereiro de 1643 Nicolaes Verdior vendeu 6000 libras de peixe a serem pagas com amortização de sua dívida por transporte de mercadorias.⁵⁴ Particulares também pagavam as autoridades da WIC em mercadorias. Em 31 de janeiro de 1647 Gosen Gosensz., arrendatário de uma peixaria no Rio Grande, compareceu perante o Alto Conselho para renegociar suas dívidas.⁵⁵ Para amortizar o que devia à Companhia (não se menciona o valor da dívida), forneceria aos armazéns da WIC cerca de seis mil peças de peixe seco. Também apresentou a conta do que forneceu ao regidor dos brasilianos, Antonio Paraupaba, para manutenção dos mesmos, seis bois a trinta Florins cada um. Tudo isso deveria ser utilizado para amortizar duas dívidas. Ainda que possa parecer inusitado, escravos também foram utilizados como meio de pagamento como em 02 de abril de 1647, quando o capitão não nomeado do navio Salamander vendeu oitenta tonéis de farinha de centeio para o Alto Conselho e receberia o pagamento em negros, cada peça a duzentos Florins e os menores de 12 anos, a cem Florins.⁵⁶ Posteriormente no mesmo ano, no mês de outubro, Jan Craen, comerciante no navio Post, também receberia o pagamento por venda feita ao Alto Conselho, em negros, cada peça a duzentos Florins.⁵⁷

Se, para a Companhia, realizar pagamentos em açúcar e outras mercadorias era uma opção em momentos de falta de “moeda de contado”, receber pagamentos principalmente em açúcar tinha outra função, a saber, a de acumular mais açúcar. Para atrair mais açúcar para si, em 18 de novembro de 1638 o governador geral e o Alto

conselho resolveram “(...) publicar e pendurar editais públicos demonstrando como nós resolvemos que o pagamento de dívidas que alguém tem conosco e que já venceram ou que vencem durante a safra corrente, não deve ser feito em dinheiro mas em açúcar (...).”⁵⁸ Outra forma de atrair mais açúcar era o direito de preferência. O exemplo de Armador de Araújo mencionado acima nos ilustra como em 1644, pessoas livres se apoderavam do açúcar antes desse chegar à WIC. Para combater tal prática, em carta de 17 de setembro de 1644, os Diretores XIX explicam ao Alto Conselho do Brasil que o Direito de preferência era da WIC e somente após pagarem suas dívidas com a Companhia é que os senhores de engenho deveriam pagar os credores particulares. E determinam que o Alto Conselho não deveria dar esse direito a ninguém.⁵⁹ No caso de outras mercadorias, como peixe e gado, o objetivo era abastecer os combalidos armazéns.

Como já mencionado anteriormente, ao longo dos anos iniciais da ocupação, a WIC foi perdendo o monopólio do comércio do Brasil. Se, durante o monopólio, o grosso do açúcar produzido ia parar nos armazéns da Companhia, quando este não mais existia, os senhores de engenho comerciavam com quem lhes pagasse melhores preços. Acredita-se que com isso, a Companhia passou a arrecadar bem menos açúcar, recebendo somente a parte correspondente ao pagamento dos impostos. Lamentavelmente, é bastante difícil, talvez impossível, calcular o impacto da perda do monopólio nas contas da WIC uma vez que os livros contábeis não chegaram até os dias de hoje.

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento. Até aqui se examinou como o açúcar e outras mercadorias foram utilizados como moeda, isto é, como meio de pagamento e unidade de conta. O exemplo da venda de escravos nos indica que, embora o açúcar fosse uma opção para o pagamento, a unidade de conta vigente no Brasil era o Florim. Na documentação consultada não se encontrou qualquer referência relativa ao preço de escravos ou outros preços escriturados em açúcar, quer em arrobas ou caixas. O que poderia causar algum tipo de confusão no pesquisador são os documentos chamados “repartitielijst van suiker”, ou seja, divisão do açúcar. Os mesmos apresentavam como determinados carregamentos de açúcar deveriam ser divididos entre as diferentes Câmaras da WIC. Até 31 de março de 1643, os mesmos

eram registrados em caixas e arrobas de açúcar. Tal prática pode sugerir que a administração da conta das diferentes câmaras tinha como unidade de conta o açúcar. Porém, em 06 de janeiro de 1645, o Alto Conselho deixa bem claro em suas Atas que tal prática era uma forma de manipular o preço do açúcar nas Províncias Unidas, omitindo de certos tipos de documentos, principalmente os não secretos, o preço pago no Brasil pela arroba de açúcar.⁶⁰

O exemplo do açúcar funcionando como unidade de conta vem de outra fonte. Em dezembro de 1641 e janeiro de 1642, o conselheiro político Adriaen van Bullestrate fez uma viagem pelos distritos do Sul, que incluíam a região ao Sul de Pernambuco até o rio São Francisco. Em seu relato apresenta que em Ipojuca ficou sabendo que a ilha de Magrita de Crasto fora arrendada a Paulo Ferreira de Moryn, em benefício da WIC, por um prazo de nove anos, mediante o pagamento de cem arrobas de açúcar por ano.⁶¹

Se, para a venda de negros, o valor do açúcar seria calculado segundo o valor de mercado, o exemplo de Isaacq de Raisere mencionado anteriormente nos mostra que algumas vezes o preço do açúcar era fixado antes de os pagamentos acontecerem. No referido exemplo, ao acertar o empréstimo com Rasiere, o Alto Conselho já fixa o valor do preço do açúcar com o qual pagará sua dívida. Esse exemplo é um dos poucos sobre a fixação do preço do açúcar para pagamento de dívidas já que na Nova Holanda, geralmente o preço do açúcar só era fixado para o pagamento de impostos, como em 14 de janeiro de 1642, quando foi ordenado “aos comissários do açúcar que para calcularem os impostos dos açúcares embarcados nos navios Utrecht e Flora deveriam adotar o seguinte: para os açúcares velhos a [arroba] de branco a 21 *schellingen* e a [arroba] de mascavado a 14 *schellingen*, no que toca os açúcares novos, a [arroba] de brancos a 26 *schellingen* e a [arroba] de mascavados a 16 *schellingen*”.⁶² Nos casos em que o preço do açúcar é fixado, o mesmo se transforma em moeda-mercadoria no sentido keynesiano.

Quais as prováveis causas da escassez de “moeda de contado” na Nova Holanda? A evidência sugere que um dos muitos problemas da colônia neerlandesa era o desabastecimento. Desde o início de suas atividades, a WIC foi afetada por apertos financeiros. Esses apertos dificultaram o abastecimento regular dos armazéns da Companhia no Recife. Como demonstrado acima, o dinheiro enviado deveria ser utilizado exclusivamente no pagamento dos soldados que então usariam o mesmo nos armazéns, adquirindo lá, tudo o que precisassem. Estando esses armazéns

desabastecidos, os soldados certamente procuravam as lojas de comerciantes particulares, deixando lá, seu dinheiro. Ao fazerem isso, quebravam o ciclo idealizado pelos Diretores XIX. E aos poucos o caixa da Companhia ia esvaziando-se. Outro efeito negativo do desabastecimento foi a necessidade do governo neerlandês na colônia utilizar o dinheiro do pagamento dos soldados na aquisição de produtos faltantes como em 1636, quando foi preciso comprar linho, tão necessário ao tratamento dos doentes, dos comerciantes particulares, com pagamento em dinheiro. Um exemplo disso encontramos em 26 de janeiro quando o Alto Conselho comprou de Wabeliau, comerciante livre, tecidos de linho, pagos em dinheiro.⁶³ Para efetuar tal compra, utilizava-se o dinheiro do caixa, quebrando-se novamente o ciclo planejado pelos XIX. Muitas vezes o dinheiro era transformado em açúcar, como explicado na carta geral de 15 de janeiro de 1638, quando o governador geral e seu conselho afirmam “(...) serem da opinião de transformar parte do dinheiro que trouxemos da Pátria conosco em açúcar e enviá-lo aos Senhores para que tenham retorno imediato (...)”.⁶⁴ Com isso, o caixa ficava desfalcado, e faltava numerário. Além de facilitar a evasão monetária da tesouraria da WIC, o desabastecimento também contribuiu para a elevação do custo de vida.⁶⁵ Após transcrever diversas cartas de conselheiros políticos, o autor desconhecido conclui que a Companhia deveria manter o comércio com o Brasil como monopólio pois os comerciantes livres ganham exorbitâncias no comércio cotidiano. Ressalta então que para eliminar a concorrência de particulares, era necessário manter os armazéns constantemente abastecidos.

Encontramos outras explicações para a falta de numerário na Nova Holanda em carta para os Diretores XIX, escrita pelo governador geral, conde João Maurício de Nassau, e o Alto Conselho, em de 02 de março de 1639.⁶⁶ Havia mais de um ano que não chegava dinheiro algum da Holanda. Ademais, circulavam rumores sobre a chegada de uma armada espanhola. Tais rumores, por um lado, desencorajavam a atividade comercial e, por outro lado, levavam os portugueses a retirarem seu dinheiro do Recife, reduzindo suas compras ao mínimo, preferindo esconder o dinheiro temendo os danos que a Armada causaria. Se essa incerteza quanto à segurança do território puder ser estendida para outros períodos, teríamos uma situação clássica de preferência pela liquidez, em que elevados graus de incerteza induzem ao entesouramento.

¹ Para os eventos do período, ver WÄTJEN, H. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004 e BOXER, Charles R., *Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654*.

- [Londres, 1957] Recife: CEPE, 2004. Para uma análise do impacto da conquista neerlandesa na sociedade pernambucana, ver MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos – influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- ² Aqui optou-se pelo uso do termo “Brasil Neerlandês”, e “neerlandeses” para referir-se a todos os que estiveram no Brasil sob os auspícios da Companhia das Índias Ocidentais, pois “holandês” pode referir-se às pessoas provenientes da província da Holanda. Além de “Brasil Neerlandês” utiliza-se também “Nova Holanda” para a colônia da WIC na América Portuguesa.
- ³ Para uma descrição do comércio das Províncias Unidas com o Brasil antes de 1630, ver EBERT, Christopher, “Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587 – 1621” [O comércio neerlandês com o Brasil antes da Companhia das Índias Ocidentais, 1587 - 1621] In ENTHOVEN, Victor and POSTMA, Johannes (eds) *Riches from Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping, 1585 – 1817* [Riquezas do comércio atlântico: o comércio e o transporte transatlântico neerlandês: 1585 - 1817]. Leiden: Brill, 2003, pp 49 - 75
- ⁴ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570 – 1670*, volume II. Lisboa: Estampa, 1988. Para a citação, p. 136.
- ⁵ *Portugal, o Brasil*, 136 e LIMA, Fernando Carlos G. De Serqueira, “Falta de moeda, fixação do preço do açúcar e manipulações monetárias no século XVII: impactos sobre produtores e comerciantes” In Anais do II Encontro de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades. Caicó (RN), v.9. n.24, Set/out. 2008, http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_8/fernando_st8.pdf (21/11/2011) publicação eletrônica
- ⁶ Lima desenvolve esse argumento no artigo mencionado na nota 5.
- ⁷ “Carta de 31 de outubro de 1631 dos Diretores XIX para o Conselho Político no Brasil”. Arquivo Nacional em Haia, coleção coleção Companhia das Índias Ocidentais velha, número de chamada 1.05.01.01, inventário 8, fôlio 90. Cabe destacar que para enviarem numerário à Nova Holanda, os Diretores das diferentes Câmaras tinham que encomendar moedas nos diferentes mestres moedeiros como no início de novembro de 1639 quando a Câmara Amsterdam encomendou de Nicolaas Wijntges, moedeiro em Hoorn, 104 mil peças de moeda. In “Carta de Nicolaas Wijntges de 03 de novembro de 1639 para os prefeitos de Enkhuizen”. Archivo da Holanda do Norte em Haarlem, coleção “Westfriese Munt”, numero de chamada 10, inventário 10. Estou grata a Albert A. J. Scheffers por chamar a minha atenção para o documento acima.
- ⁸ Ver nota 6. O exemplo mencionado está no mesmo fôlio.
- ⁹ “Carta de 4 de junho de 1630 dos Diretores XIX para o Conselho Político no Brasil”. Arquivo Nacional em Haia, coleção coleção Companhia das Índias Ocidentais velha, número de chamada 1.05.01.01, inventário 8, fôlio 18.
- ¹⁰ VRIES, Jan de & WOUDE, Ad van der. *Nederland 1500 – 1815 De eerste ronde van moderne economische groei*. [Holanda 1500 – 185 A primeira rodada do crescimento econômico moderno.] Amsterdam: Balans, 2005, 467. Os autores não apresentam as fontes utilizadas para esse cálculo.
- ¹¹ *Consideratien op eenen handel van Brasyl* [Considerações sobre o comércio do Brasil]. Arquivo Nacional de Haia, Coleção *Staten Generaal* [Estados Gerais], número de chamada 1.01.07, inventário 12564.6, documento 28.
- ¹² *Dagelijke Notulen van de Hooge ende Secrete Raad van Brazilië* [Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil], 11 de novembro de 1638. Arquivo Nacional em Haia, coleção Companhia das Índias Ocidentais velha, numero de chamada 1.05.01.01, Inventários 68 – 75. Para não tornar as notas repetitivas, daqui em diante, menciona-se apenas a data da entrada nos registros das Atas, precedida das iniciais DN.
- ¹³ RUTHERFORD, Donald, *Dictionary of Economics* [Dicionário de economia] Londres e Nova York: Routledge, 1992, página 294. Ênfase minha.
- ¹⁴ *Dictionary of Economics*, 294.
- ¹⁵ WÄTJEN, H. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004. Ver especialmente o capítulo “A organização da administração colonial e as finanças da Nova Holanda”, p. 291-343. Para a citação, página 312.
- ¹⁶ DN, 06 e 10 de março de 1643.
- ¹⁷ Wätjen, p op. cit., p. 324.
- ¹⁸ SOUTY, François J. L. “Le Brésil Neerlandais, 1624-1654: une tentative de projection conjoncturelle de longue durée a partir de données de courte terme” [O Brasil Holandês, 1624-1654: uma tentativa de projeção conjuntural de longa duração a partir dos dados de curto prazo] in: *Revue D’Histoire Moderne et Contemporaine* 35 (1988), pp. 182-239.
- ¹⁹ Souty, p. 208.
- ²⁰ Souty, idem, p. 219. “(...) des structures macro-économiques *Hollandaises* aux structures micro-économiques *Brésiliennes*”, grifos do autor.
- ²¹ Sobre os aspectos numinásticos das moedas obsidionais neerlandesas há uma coletânea de 4 volumes muito elucidativa publicada por BEZERRA, Rubens Borges. *Moedas holandesas em Pernambuco*. 4 volumes. Bagaço: Recife, 1990.
- ²² DEHING, Pit and THART, Marjolein, “Linking the fortunes: currency and banking, 1550 – 1800” in THART, Marjolein, JONKER, Joost and ZANDEN, Jan Luiten van. *A financial history of the Netherlands*. [Uma história financeira dos Países Baixos] Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 37 – 63, 39. O resto desse parágrafo é baseado na mesma fonte.
- ²³ *Nederland 1500 – 1815*, 108.
- ²⁴ *Nederland 1500 – 1815*, 107.

- ²⁵ MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- ²⁶ MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. As citações, página 17.
- ²⁷ Para Moreau, ver nota acima. Citação página 28.
- ²⁸ Moreau, p. 34.
- ²⁹ DN, 17 de novembro de 1635. Acreditamos que “Ragiere” seja forma acorruptelada de Rasiere.
- ³⁰ DN, 08 de dezembro de 1635.
- ³¹ “Carta dos Diretores XIX para o Alto Conselho no Brasil”. Arquivo Nacional de Haia, Coleção Companhia das Índias Ocidentais velha, número de chamada 1.05.01.01, inventário 8, fólio 155.
- ³² DN, 08 de abril de 1636.
- ³³ DN, 02 de janeiro de 1646.
- ³⁴ “Relatório (cópia) confeccionado por um funcionário da CIO e apresentado na reunião do Conselho dos XIX”. Arquivo Nacional em Haia, coleção *Staten Generaal* [Estados Gerais], número de chamada 1.01.07, inventário 12564.5, documento 2. A carta de Jan Robbertsz está transcrita nesse relatório. Não localizei o original da referida carta. Um tonel de ouro equivale, na época, a 100.000 Florins.
- ³⁵ DN, 10 de março de 1646.
- ³⁶ DN, 26/01/1636 Destaca-se que Wabeliau pode ser corruptela de Cabeljau, sobrenome de diversos comerciantes no Recife.
- ³⁷ DN, 04 de julho de 1644.
- ³⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada Guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. São Paulo: Editora 34, 2007, 79.
- ³⁹ “Carta de 15 de julho de 1635 do Conselho Político para os Diretores XIX”. Arquivo Nacional em Haia, coleção Companhia das Índias Ocidentais velha, numero de chamada 1.05.01.01, inventário 50, documento 97. Daqui em diante, usaremos a abreviatura OWIC, seguida do número de inventário e o número do documento dentro do referido inventário.
- ⁴⁰ PUDSEY, Cuthbert, *Journal of a Residence in Brazil*. [Diário da permanência no Brasil] Organizado por Papavero, Nelson e Teixeira, Dante Marins. Petrópolis: Index, 2000, 85.
- ⁴¹ “Lista do numerário enviado para a Pátria nos navios Leijden, Cameel, de Prins van Portugal, de Princesse, Omlandia, Der veere, de Swaen en Medemblick”. OWIC, 58, 143.
- ⁴² “Carta de 19 março de 1638 do governador geral Johan Maurits van Nassau e dos conselheiros M. van Ceulen e Adriaen van der Dussen para os Diretores XIX”. OWIC, 53, 42.
- ⁴³ DN, 15 de julho de 1644.
- ⁴⁴ DN, 19 de outubro de 1635. Desconheço a tradução de *Schelling* para Português. *Schelling* era uma moeda de prata no valor de Fl. 030. Assim, a arroba de brancos seria Fl. 4,8 e a de moscavados Fl. 3,0.
- ⁴⁵ DN, 29 de abril de 1639.
- ⁴⁶ DN, 06 de março de 1643.
- ⁴⁷ Para tal emissão, ver DN, 18 de agosto de 1645, 04 de outubro de 1645, 28 de outubro de 1645 e 21 de agosto de 1646. Para a venda de ouro, ver 25 de agosto de 1646.
- ⁴⁸ Para a carta de Jan Robbertzen, ver nota 32
- ⁴⁹ DN, 03 de novembro de 1642.
- ⁵⁰ DN, 18/11/1635. Presente no original a listagem do que Cop forneceu ao Alto Conselho e o preço individual de cada mercadoria.
- ⁵¹ DN, 11 de janeiro de 1636.
- ⁵² DN, 29/10/1647
- ⁵³ DN, 29 de setembro de 1639.
- ⁵⁴ DN, 27 de fevereiro de 1643.
- ⁵⁵ DN, 31 de janeiro de 1647.
- ⁵⁶ DN, 02 de abril de 1647.
- ⁵⁷ DN, 25 de outubro de 1647.
- ⁵⁸ DN, 18 de novembro de 1638.
- ⁵⁹ OWIC 9, folio 180.
- ⁶⁰ DN, 06 de janeiro de 1645.
- ⁶¹ “Atas mantidas por A. van Bullestrate sobre sua viagem aos distritos do até o Rio São Francisco, de 13 dezembro de 1641 até 24 janeiro de 1642”. OWIC, 57, 130.
- ⁶² DN, 14 de janeiro de 1642.
- ⁶³ DN, 26 de janeiro de 1636.
- ⁶⁴ “Carta geral do governador geral e conselho para os Diretores XIX”, OWIC, 53, 2.
- ⁶⁵ Para o relatório, ver nota 32.
- ⁶⁶ “Carta de 2 de março de 1639 do governador geral e conselho no Recife para os diretores da Câmara da Zeelândia e do Mosa”. OWIC, 55, 1